



Vol. 4 nº 7 jan./jun. 2009  
p. 19-32

## AS UNIVERSIDADES EUROPEIAS NO PERÍODO PRÉ-MODERNO (SÉCULO XII-1800)

Peter Johann Mainka\*  
Universidade de Würzburg (Alemanha)

**Resumo:** Este artigo trata das universidades como instituições genuinamente europeias, nascidas na Europa da Alta Idade Média; a partir daí, o modelo da universidade se espalhava por toda a Europa e pelo mundo inteiro. No período pré-moderno das universidades, isto é, entre o século XII e o fim dos Tempos Modernos por volta de 1800, o Estado aumentou, enormemente, a sua influência sobre as universidades, sem poder, porém, acabar com a autonomia que havia caracterizado, especialmente, a fase inicial das universidades.

**Palavras-chave:** História da Europa. História da Idade Média. História dos tempos modernos. História das universidades.

### THE EUROPEAN UNIVERSITIES IN THE EARLY MODERN TIMES

**Abstract:** This paper is treating the universities as european institutions which were born in Europe during the High Middle Ages; since then, the model of the university was spreaded out all over Europe and over the whole world. In the premodern period of the university, i. e. between the 12<sup>th</sup> century and the end of Early Modern Times around 1800, the state enlarged enormly his influence over the universities, without terminating the autonomy which has characterized especially the first times of the universities.

**Keywords:** European history. Medieval History. Early Modern History. University history.

Universidades como instituições do ensino superior encontram-se hoje em todos os continentes. Suas origens, porém, remontam ao mundo medieval da Europa, onde nasceram no século XII. Como afirma o historiador Peter Baumgart, a universidade pode ser considerada:

[...] uma instituição de ensino especificamente europeia da Alta Idade Média e dos Tempos Modernos [...], que não pode ser derivada de uma instituição de ensino de nenhuma outra civilização desenvolvida, nem do mundo greco-romano na sua manifestação antigo-bizantino, mundo que era fundamental para o “pensamento europeu” e do que ela assumiu partes importantes do seu currículo

lo, nem das culturas islâmica ou judaica com as suas escolas de corã e do talnude, mesmo que a filosofia e medicina islâmicas sejam reconhecidas como transmissoras do pensamento antigo para a Europa cristã. (BAUMGART, 1992, p. 71).

Existem diferentes teorias sobre as causas da gênese das universidades (MÜLLER, 1996, p. 9): 1) a “teoria tradicional”, segundo a qual haja uma conexão estrutural entre as instituições educacionais do mundo árabe-oriental, do mundo bizantino, do mundo cristão-ocidental e as universidades dos séculos XII e XIII; 2) a “teoria intelectual”, segundo a qual era, exclusivamente, o interesse científico dos homens que os levou a estabelecer universidades como instituições de desdobrar o intelecto; e 3) a “teoria social”, segundo a qual as universidades são reflexos das novas constelações sociais de conviver e colaborar, que se manifestaram nas cidades daquela época. Uma combinação das teorias intelectual e social é a explicação mais provável da gênese das universidades. A nova cientificidade da Escolástica, por um lado, e as transformações sociais ocorridas no século XII, que se manifestaram em novas formas corporativas da sociedade como as corporações, as guildas ou as ordens religiosas, por outro lado, resultaram na fundação das primeiras universidades na Europa – instituições diferentes das academias e dos ginásios da Antiguidade, das escolas existentes no oriente e das instituições para formar médicos e juristas (MÜLLER, 1996, p. 9s.).

Nessas circunstâncias nasceram as primeiras universidades, as quais foram chamadas, geralmente, *studia generalia* (= estudos gerais) ou, a partir do século XVI, *academias*. A palavra ‘universidade’ remonta às *universitates magistrorum et scholarium* (= universidades dos mestres e dos alunos), isto é, às comunidades e associações corporativas de professores e estudantes, feitas a fim de defender os interesses coletivos de estudar (BAUMGART, 1993, p. 72). No decorrer dos tempos sempre foi destacada a autonomia das universidades, ou seja, dessas “*res publicae*” intelectuais, que haviam nascido pela união voluntária e autônoma de professores e alunos para se dedicarem às ciências. São as *universitates ex consuetudine*, isto é, universidades que provieram de uma associação autônoma ou de *magistri* e *scholares* como em Bolonha – modelo que favoreceu mais os estudantes, ou somente de professores como em Paris, modelo que favoreceu mais os professores e foi mais influente a partir do século XIII. Essas fundações voluntárias e autônomas, porém, já logo foram autorizados por uma ou outra das duas autoridades universais que existiam naquela época, isto é, o papa ou o imperador - assim a universidade de Bolonha foi autorizado, em 1231, por uma bula papal (MÜLLER, 1996, p. 11s.).

De fato, no processo de nascimento das universidades, as ciências e uma nova cientificidade articularam, abertamente, os seus interesses para além dos poderes do Estado e da Igreja. Um cônego de Colônia, chamado Alexander de Roes, colocou, em 1285, a ciência (universidade de Paris) ao lado do papa e do imperador: São três poderes determinantes na vida humana: Estado – Igreja – universida-

de. Continuando, o cônego acentuava os três instintos básicos do homem: *amor dominandi* – *amor habendi* – *amor sciendi*, ou seja, o amor de dominar, o amor de possuir e o amor de saber/conhecer (BAUGART, 1993, p. 78).

Desde o século XII, porém, era muito claro e óbvio que um estreito entrelaçamento existia entre os três ‘amores’ acima mencionados: poder, dinheiro e conhecimento, ou seja, Estado (e Igreja), sociedade (economia) e universidade eram, desde o início, inter-relacionados. Uma prova desse relacionamento fornecia o famoso filósofo e pioneiro da Escolástica, Pedro Abelardo (1079-1142), quando confessou, na sua autobiografia: “História das minhas Calamidades” (provavelmente escrita por volta de 1130), que a sua dedicação às ciências havia sido motivada por *laus et pecunia*, isto é, pela aspiração à glória e de ganhar dinheiro, motivos profanos que o tinham levado a se ocupar com as ciências (BAUMGART, 1993, p. 78s.). Um outro filósofo, que viveu quase 500 anos mais tarde, o filósofo e político inglês Francis Bacon (1561-1626), confirmou a mesma relação estreita entre conhecimento e poder, ao formular “conhecimento humano e poder humano coincidem no mesmo” (BACON, p. 81), frase mais conhecida na forma de ‘conhecimento é poder’ (KROHN, 1987, 81-89).

Essa estreita relação entre poder e conhecimento foi característica já para a segunda geração das universidades, as assim chamadas *universitates ex privilegio*; são, por exemplo, as universidades de Salamanca (fundada em 1218) e de Nápoles (fundada em 1224) ou de Toulouse (fundada em 1229) – universidades as quais foram fundadas pela iniciativa de autoridades seculares, sejam reis, sejam príncipes, sejam magistrado de cidades (MÜLLER, 1996, p. 12). De fato, interesses políticos e econômicos participaram decisivamente do processo do nascimento das universidades. Desde a gênese das universidades nos séculos XII e XIII, os Estados eram interessados nessas instituições de ensino superior. E a influência do Estado sobre as universidades aumentou, notavelmente, no decorrer dos tempos até os nossos dias.

No ponto de vista da disseminação, o modelo da universidade europeia era um grande sucesso, como somente os números provam: Após os primórdios no século XII e XIII, com as fundações em Bolonha, Paris e Oxford, havia, por volta de 1300, já cerca de 20 universidades na Europa e, cem anos mais tarde (1400), cerca de 30 universidades. Ao todo, foram fundadas, entre 1200 e 1500, quase 80 universidades na Europa, cerca de 20 na Itália, na França e no Sacro Império Romano-Germânico, 8 na Espanha e no Portugal, 7 nas ilhas britânicas (Inglaterra 2, Escócia 4 e Irlanda 1), 3 na Europa Oriental (Cracóvia, Pecs, Buda) e 2 na Escandinávia (Copenhague e Upsala).

Entre 1500 e o fim dos Tempos Modernos, o número de universidades subiu a 143 *stricto sensu* na Europa (até 1790). Além disso, as universidades foram implantadas, no mesmo período, também na América do Norte, na América Central e na América do Sul e começaram a conquistar todos os cantos do mundo. Hoje em dia, a instituição universitária está presente no mundo inteiro, sendo,

depois da Igreja católica, a instituição europeia mais antiga. Do ponto de vista do *marketing*, a universidade era um grande sucesso.

A história das universidades dura, no entanto, já mais que 800 anos e pode ser estruturada, segundo o historiador alemão Peter Moraw, em três grandes períodos. Focando o desenvolvimento das universidades no Império Romano-Germânico e na Europa Central, ele distinguiu os seguintes três períodos (MORAW, 1982, p. 7s.):

1. o período pré-moderno, isto é, dos primórdios das universidades até o início do século XIX, quando Wilhelm von Humboldt (1767-1835) fundou, em 1810, a Universidade de Berlim na Prússia, estabelecendo o modelo da “universidade clássica”.

2. o período da “universidade clássica”, influenciado, decisivamente, pela Universidade de Berlim, período que começou no início do século XIX e chegou ao seu fim na década de 60 do século XX.

3. o “período pós-clássico”, a partir da década de 60 do século XX, quando a universidade se tornou “uma grande fábrica burocratizada” do ensino superior.

Nesse percurso da instituição da universidade do século XII até os séculos XX e XXI houve uma continuidade surpreendente quanto às estruturas gerais. Por muito tempo, as universidades foram organizadas segundo as quatro faculdades da filosofia, da teologia, do direito e da medicina; por muito tempo, os reitores de universidades foram eleitos pelos professores e pelos alunos e, por muito tempo, os estudos foram estruturados em graduação e pós-graduação. O historiador alemão Peter Baumgart chega à seguinte conclusão: “De fato, as universidades alemãs (e *cum grano salis* européias) mantiveram, apesar de toda a mudança externa e interna, à qual elas (= as universidades) foram exposta no decorrer da história, as suas estruturas fundamentais como corporações privilegiadas e estruturadas segunda faculdades com o direito de administração autônoma e com a sua própria jurisdição, com o direito autônomo de examinar e doutorar até a passagem para o presente. Neste sentido, a instituição da universidade fornece até um exemplo especialmente significativo para a tese, defendida, sempre de novo na historiografia, de uma estabilidade contínua e permanente e de uma preservação persistente de determinadas formas mais antigas de vida européia até a passagem para o mundo moderno” (BAUMGART, 1974, p. 23). Somente a partir do último terço do século XX, quando a massificação alcançou as instituições do ensino superior, se realizaram mudanças fundamentais e paradigmáticas, rompendo com o passado tradicional das universidades.

Voltamos às universidades do período pré-moderno, dedicando-nos à questão das relações entre as universidades e os Estados pré-modernos nascentes. Como as duas formas acima mencionadas da gênese das universidades mostram, as autoridades seculares participaram desse processo desde o início, seja autorizando, retrospectivamente, as associações realizadas pelos professores e alunos,

seja iniciando as fundações de universidades. As universidades de Praga, fundada em 1348, e de Viena, fundada em 1365, as duas universidades mais velhas na Europa Central, deveram a sua fundação à iniciativa de dinastias, a saber, das dinastias dos Luxemburgos (HOENSCH, 2000) e dos Habsburgos (HEIMANN, 2006), colaborando estreitamente uma com a outra, por um lado, por outro, sendo concorrentes pelo poder e pela reputação.

Carlos IV (1316-1378), da dinastia dos Luxemburgos, naquele época rei da Boêmia (desde 1346), no mesmo ano eleito rei alemão em oposição ao rei Luís IV (1283-1347), chamado o Bávaro, e, finalmente, coroado imperador do Sacro Império Romano-Germânico, em 1355, havia escolhido a cidade de Praga como residência do seu governo. Praga, localizada às margens do rio Moldávia, tornou-se uma cidade destacada e um dos mais famosos centros do Humanismo da primeira fase no norte dos Alpes. Em 1348, Carlos IV fundou, com base num privilégio papal outorgado em 1347, a universidade de Praga, a primeira universidade na Europa Central (KLUETING, 2007). Carlos IV pretendeu valorizar o seu reino boêmio e, junto com o papado exilado na cidade francesa de Avinhão, enfraquecer a universidade de Paris, naquele momento aliada ao antipapa em Roma. Além desses interesses políticos, a cidade de Praga, localizada numa importante via comercial, que ligava o império aos territórios no Leste da Europa, esperava um aumento dos negócios com a fundação. A universidade de Praga foi estruturada, desde o início, nas quatro faculdades e se orientou nos modelos tanto de Bolonha como de Paris; por isso o cargo do reitor alternou entre um professor da faculdade das artes e um estudante do Direito (MÜLLER, 1996, p. 39s.). A universidade de Praga representa um modelo de transição, “toma uma posição característica entre os tempos. Ela é a última representante do tipo velho e a primeira de um tipo novo de universidade, a saber de uma fundação por um soberano territorial” (BOOCKMANN, 1999, p. 76). O interesse das autoridades seculares em fundar próprias universidades proveio da necessidade crescente de funcionários formados e eruditos, da intenção de possibilitar aos seus súditos a formação no próprio território e também da mera ambição de dispor de uma própria universidade como símbolo da soberania e do poder em frente dos concorrentes vizinhos (NARDI, 1993, p. 100).

De fato, a concorrência política entre Carlos IV e o seu genro Rudolfo IV (1339-1365) deveria resultar na fundação da segunda universidade na Europa Central, a de Viena. Rudolfo IV, apelidado mais tarde o “Fundador” da dinastia dos Habsburgos. Imitando o modelo do seu sogro, providenciou a extensão da cidade de Viena, localizada às margens do rio do Danúbio. Assim Viena tornou-se o centro do governo dos Habsburgos. Rudolfo, promovendo Viena com privilégios econômicos, lançou, em 1359, a primeira pedra da reconstrução da igreja matriz de São Estevão e fundou, em 1365, a universidade de Viena (HEIMANN, 2006). Não foram, obviamente, motivos científicos ou a alta consideração das ciências que levaram Rudolfo à fundação, mas, sim, interesses políticos e econômicos, provindos da concorrência com os Luxemburgos nessa região da Europa. A fundação de uma

universidade foi – e ainda é – um fator político e econômico de grande importância.

Os interesses dos soberanos em influenciar e controlar o ensino superior se manifestaram, significativamente, nas fundações de Praga e de Viena. Outras universidades nasceram naquele momento histórico nessa região da Europa sob as mesmas condições: a universidade de Cracóvia, fundada em 1364 pelo rei polonês Casimir III (1310-1370, rei desde 1333), chamado o Grande, e a universidade de Pécs, fundada em 1367 por Luís I (1326-1382, rei desde 1342), rei da Hungria e também chamado o Grande. Quanto às duas autoridades universais, concorrentes pelo poder e pelo prestígio desde o século XI, o imperador Carlos IV começou, ao lado do papa, a autorizar e privilegiar as novas fundações de universidades; ele reconheceu os *studia generalia* de Arezzo, fundada em 1215, de novo em 1355; de Siena, fundada em 1245, de novo em 1357; de Florença (1349), de Pavia (1361), de Lucca (1369) e de Orange (1365) (VERGER, 1993, p. 7078 e NARDI, 1993, p. 100).

As universidades atraíram muitas pessoas de fora, sejam professores, sejam alunos – pessoas que traziam dinheiro e aumentavam o comércio. Especialmente nos primórdios das universidades, quando havia uma mobilidade enorme dos professores e alunos, havia não somente uma mobilidade geográfica, mas também, aliás, uma determinada mobilidade social, pois estudos universitários poderiam abrir uma carreira profissional, que mudaria também o *status* social de uma pessoa. John of Salisbury (1115-1180), aluno de Pedro Abelardo e um dos mais famosos teólogos do século XII, havia percebido, já em meados do século XII, que os estudos qualificariam uma pessoa não somente para uma carreira eclesiástica ou para profissões como médico ou jurista, mas, sim, também para diferentes cargos na corte ou no governo. As fronteiras entre leigos e eclesiásticos começaram a diminuir e até a desaparecer. A fundação das universidades não somente era o produto de processos de transformações sociais no século XII, mas, sim, contribuiu também muito para transformar e mudar a realidade política e socioeconômica dos seguintes séculos (BAUMGARTT, 1993, p. 74-78).

Naquela época, as universidades foram instituições reconhecidas, geralmente, na Europa inteira. Os privilégios dos poderes universais, isto é, do papa e/ou do imperador, garantiram um reconhecimento universal dos estudos universitários, ou seja, do assim chamado "*studium generale*", assim como dos títulos concedidos pelas universidades. Os certificados acadêmicos das universidades eram válidos em qualquer lugar e davam aos mestres e doutores o direito de ensinar em qualquer outra universidade (concessão do "*ius ubique docendi*"). A mobilidade dos professores e alunos contribuiu muito para a disseminação da instituição das universidades e das ideias intelectuais (RIDDER-SYMOENS, 1993).

O Humanismo, por exemplo, nasceu na Itália Setentrional, numa região próspera e desenvolvida economicamente, caracterizada por uma multiplicidade de Cidades-Estados, cuja concorrência política, econômica e intelectual resultou no renascimento, na re-descoberta da literatura, arte e filosofia da Antiguidade, considerada como mundo exemplar e ideal. O Humanismo na Itália já começou no século

XIV, quando o Coluccio Salutati (1331-1406), representante do Humanismo italiano, chegou a constatar o início de um novo tempo. Era um período das trevas, ele formulou, “até as luzes de Florença, Dante (1265-1321), Petrarca (morto em 1361) e Boccaccio (1313-1375) haviam resurgido e terminado as trevas.” Esse movimento intelectual chegou somente com atraso considerável para a Europa Central, trazidos pelos professores e alunos que haviam estudado nas universidades do outro lado dos Alpes. O Humanismo, aliás, não substituiu, imediatamente, a Escolástica dominante nas universidades, mas influenciou, mais e mais, os currículos e conteúdos dos cursos universitários (BURKE, 1998; SALZER, 2007).

A importância dos antigos poderes universais, quer dizer, do papa e do imperador, diminuiu bastante. A Igreja e o Sacro Império Romano-Germânico passaram por uma crise grave ou, pelo menos, por um processo fundamental de transformação. A necessidade de reformas foi maior na virada da Idade Média para os Tempos Modernos. No período de 1450 até 1550 houve, apesar de toda a continuidade que caracteriza os processos históricos, mudanças notáveis em quase todas as áreas da vida humana. Nasceram o Estado pré-moderno, a economia pré-capitalista com as sociedades comerciais, que atuaram num mundo já globalizado devido à expansão europeia para a África, América e outras regiões do mundo. O Humanismo renascentista resultou numa nova visão de homem e de mundo, aumentando o horizonte intelectual e aprofundando a razão crítica. A revolução causada pela invenção da tipografia por caracteres móveis aumentou a produção de livros e a discussão pública, contribuindo para a propagação de uma cultura escrita, incluindo a recepção do Direito romano.

Na área da religião se esboçaram mudanças fundamentais devido à insatisfação de grandes partes da população com a Igreja secularizada e, como a discussão contemporânea sobre as indulgências mostra, monetarizada. Finalmente, a invasão do rei francês Carlos VIII para a Itália, em 1494, abriu um período de lutas em várias regiões da Europa numa época em que a condução da guerra sofria uma mudança fundamental e quando o sistema dos Estados europeus começou a se formar – sistema do qual os Turcos, que haviam conquistado já em 1453 Constantinopla, fizeram parte, mesmo num sentido negativo, ou seja, como ameaça permanente para todo o Ocidente cristão (MAINKA, 2007).

Nesse mundo de transformação geral, não somente a unidade do Ocidente cristão foi quebrada pela Reforma Protestante, mas também a coesão política do Sacro Império Romano-Germânico diminuiu consideravelmente, devido às reformas constitucionais que aumentaram o poder político das corporações imperiais, isto é, dos Estados territoriais que compuseram o império e que tenderam para a autonomia e a independência (ANGERMEIER, 1984; BURKHARDT, 2002, p. 135-199). Na Idade Média os Estados foram, em regra geral, associações de pessoas, ou seja, uma conglomeração de direitos e privilégios sobre pessoas na mão do governante que, além disso, tinha que dividir o seu domínio com as corporações, enquanto as fronteiras do território ainda não estavam definidas claramente. Nos

Tempos Modernos, as fronteiras começaram a ser definidas, de maneira mais clara, e o rei ou príncipe começou a diminuir ou até eliminar a participação das corporações no governo, como aconteceu, por exemplo, nos reinos espanhóis sob o reino de Carlos I (1500-1558, rei de 1516-1556), mais conhecido como imperador Carlos V (SCHULIN, 1999, p. 23-78). O domínio não mais foi exercido sobre pessoas, mas, sim, sobre o território, com fronteiras sempre mais exatas (BURKHARDT, 2002, p. 162-177).

Esses impulsos territoriais e nacionais foram nutridos também pelo próprio Humanismo, que era, por um lado, um movimento europeu, cosmopolita e transnacional (Latim), por outro lado era um movimento nacional ou pelo menos patriota, promovendo as línguas nacionais e fortalecendo o amor para a própria terra. O Humanismo, portanto, abrange essas duas tendências, ou seja, representa um processo dialético no início da passagem para os Tempos Modernos.

Nesse período de transformação, a influência dos Estados sobre as universidades aumentou bastante. Essa tendência, que havia se manifestado já no fim da Idade Média e no início dos Tempos Modernos, aumentou ainda mais no decorrer dos próximos séculos, na mesma proporção em que o Estado aumentou o seu poder, estabelecendo monopólios quanto ao exercício de poder, à fazenda, à justiça e até à educação. As universidades foram mais e mais integradas aos Estados nacionais e territoriais e às respectivas sociedades, perdendo o seu caráter uniforme da Idade Média e tomando os seus caminhos próprios (MÜLLER, 1996, p. 45ss.).

Todos os Estados nascentes dentro do Império Romano-Germânico estiveram interessados em fundar universidades para a formação de funcionários. De fato, pode-se perceber uma onda de fundações de universidades a partir de 1450. Foram estabelecidas, nesse período, por exemplo, as universidades de Freiburg (em 1456), de Basileia (em 1460), de Ingolstadt (em 1472), de Trier (em 1473), de Mainz (em 1476), de Tuebingen (em 1477), de Wittenberg (em 1502) e de Frankfurt no rio Oder (em 1506). Todas essas fundações fazem parte da intensificação e da institucionalização do poder territorial, exercido pelo Estado pré-moderno nascente e todas essas fundações foram influenciadas, significativamente, pelo Humanismo, que, a partir de 1450, começou a chegar à Europa Central (VERGER, 1993 e MÜLLER, 1996, p. 48ss.). Nesse processo de fortalecimento dos Estados territoriais no Sacro Império Romano-Germânico e dos Estados nacionais na Europa, as universidades se tornaram instituições dos seus territórios, servindo ao bem comum e ao bem público dos seus Estados e aumentando a reputação dos seus soberanos (HAMMERSTEIN, 1996).

A Reforma Protestante, iniciada por Martinho Lutero (1483-1546), quando afixou, no dia de 31 de outubro de 1517, as suas teses contra as indulgências na porta da igreja do castelo em Wittenberg, intensificou e acelerou esse processo de territorialização ou de regionalização das universidades. A rede europeia das universidades, caracterizada até esse momento pela mobilidade dos professores e



alunos e pelo reconhecimento geral dos estudos universitários e dos títulos de mestre e doutor, se havia danificado: os Estados territoriais e nacionais haviam estabelecido as suas universidades e quiseram os habitantes dos seus territórios se formassem nelas. Somente quem havia se formado numa universidade da pátria pôde assumir cargos superiores na administração e na jurisdição. Essa regionalização do ensino superior foi ainda mais promovida pelo nascimento de igrejas ou de confissões diferentes, a saber, as Igrejas católica, luterana e calvinista. Nesse período de confissionalização, a categoria da religião se tornou importantíssima no ensino superior e no mercado de trabalho (BAUMGART, 1994; KOCH, 2008, p. 85-96).

Ao soberano cabia definir a religião (*ius reformandi*) e ele definiu também a religião da sua universidade. Todos os professores e todos os alunos que pretendiam fazer o exame nessa, foram obrigados a aderir à mesma religião e provar isso por um juramento. Os professores, como funcionários públicos, eram submissos, principalmente, ao soberano, que os assalariava. As universidades perderam grande parte a sua antiga autonomia quanto à administração e à jurisdição e também o direito e privilégio de dar estatutos a si mesma. Foram os soberanos que começaram a nomear, em regra geral, os novos professores. Os soberanos – sejam reis, sejam príncipes, sejam magistrados de cidades – intervieram, frequentemente, também nos currículos dos cursos. Essas intervenções não foram o resultado de arbitrariedade ou abuso de poder, mas, sim, motivados, na maioria dos casos, pelo cuidado verdadeiro dos governantes, que se sentiram responsáveis diante de Deus também pela salvação dos seus súditos. A fiscalização e o controle das universidades pelo Estado aumentaram notavelmente (MÜLLER, 1996, p. 51-57 e KOCH, 2008, p. 85-96).

As novas exigências do Estado acabaram com a mobilidade e a internacionalidade do ensino superior e a unidade europeia das universidades foi quebrada. Nos alicerces das universidades medievais e no fundamento do Humanismo nasceram, pelo menos, duas famílias, a católica e a protestante, dividida em diferentes ramos. A primeira universidade protestante foi a universidade de Marburg, fundada em 1527 por Felipe, o Generoso, Landgrave de Hessen (1504-1567, landgrave desde 1509). Sem recorrer a uma autorização do papa ou do imperador, ele mesmo tomou a iniciativa e autorizou, como soberano territorial, essa universidade, que, mesmo assim, recebeu, mais tarde (em 1541) também o privilégio imperial (BAUMGART, 1994, p. 153 e MÜLLER, 1996, p. 55). Dentre outras universidades protestantes que foram fundadas nessa época cabe citar a universidade de Koenigsberg, em 1544, onde mais tarde o famoso filósofo do Esclarecimento, Immanuel Kant (1724-1804) lecionou (KOCH, 2008, p. 128-134) e a universidade de Lena, em 1558, onde mais tarde o poeta clássico alemão Friedrich Schiller (1759-1805) iniciou a sua carreira acadêmica como professor de filosofia, em 1789 (KOCH, 2008, p. 102-105).

Uma mudança livre das universidades, seja de uma católica para uma luterana

ou calvinista, seja de um país para outro, foi dificultada, às vezes até impossibilitada. Acreditava-se que somente um estudo na universidade da pátria garantiria a lealdade plena do futuro funcionário público ao Estado e à sua Igreja. De fato, a origem dos alunos se restringiu, mais e mais, ao redor da universidade (MÜLLER, 1996, p. 58ss.). As viagens dos alunos e dos cavalheiros (*peregrinatio academica* = peregrinação acadêmica), comuns na Idade Média e ainda nos séculos XVI e XVII, tanto para os alunos nobres quanto para os alunos burgueses, para a Itália, França ou os Países-Baixos começaram a desaparecer (RIDDER-SYMOENS: *Mobilität*, 1996, p. 346-350).

Sob essas condições gerais, não surpreende que, a partir dos séculos XVII e XVIII, foram estabelecidas leis que proibiram o estudo no Exterior. Os filhos da terra tinham que estudar nas escolas e nos ginásios ou nas universidades do próprio território. Isso garantia que o soberano tinha o melhor controle sobre os cursos, os seus currículos e os seus conteúdos. Além disso, o aluno era criado na confissão “verdadeira”, prescrita e autorizada pelo soberano e aceita pelos professores por um juramento. Acrescentou-se um outro motivo, a saber, reflexões econômicas. Quando os alunos permaneciam dentro do Estado, eles também gastariam o seu dinheiro dentro do Estado, fortalecendo, assim, a economia interna e não os países estrangeiros. Segundo a doutrina do mercantilismo, defendida nesse tempo, foi importante proibir a saída de matéria-prima, assim como a entrada de produtos estrangeiros. Quanto à política demográfica, o objetivo principal do Mercantilismo era aumentar a população no próprio Estado e dificultar a saída de recursos humanos. O rei prussiano Frederico II., o Grande (1712-1786, rei desde 1740), por exemplo, publicou, em meados do século XVIII, vários editais nos quais ele exortou todos os seus súditos que pretendiam dedicar-se aos estudos a irem às universidades da pátria, senão, o rei deixou claro, eles não poderiam esperar nenhuma promoção no reino da Prússia (MAINKA, 1995, p. 52s.). A proibição de estudos fora do país se enquadra nessa política e demonstra que as universidades fizeram parte integral do Estado e da sua política.

Devido às necessidades do Estado e, especialmente, da sua economia, os soberanos nos tempos do absolutismo foram levados a estabelecer novas cátedras nas universidades, dedicadas a questões práticas e econômicas. Por iniciativa de Frederico Guilherme I (1688-1740, rei desde 1713), rei da Prússia e pai do Frederico, o Grande, foram estabelecidas, em 1727, as primeiras cátedras pelas disciplinas de economia (*Kameralwissenschaften*)<sup>1</sup>, nas universidades de Frankfurt no rio Oder e de Halle, onde havia fundado, em 1694, uma das universidades mais influentes no século XVIII. Em Halle havia também um hospital especial, fundado em 1708 e ajuntado à universidade, que se tornou o instituto modelar para a formação prática dos futuros médicos, imitado já logo em Berlim, Erlangen e Göttingen (SCHINDLING, 1994, p. 41 e MÜLLER, 1996, p. 61).

Na segunda metade do século XVII e no século XVIII, no século do Iluminismo, os Estados intensificaram e aumentaram a sua influência sobre as suas

universidades, que se tornaram, ainda mais, instituições de formação para os futuros funcionários públicos, assim que a autonomia original era substituída pelo domínio do Estado, interessado no seu controle absoluto e no bem comum. As universidades eram fiscalizadas pelas repartições centrais dos Estados. Foram estabelecidos “Conselhos Secretos” (*Geheimer Rat*) ou “Conselhos Eclesiásticos” (*Geistlicher Rat*) ou “Consistórios Superiores”, aos quais cabia essa responsabilidade, intervindo tanto nos currículos dos cursos quanto nas nomeações de professores. Às vezes foram estabelecidas comissões próprias para fiscalizar as universidades, às vezes essa tarefa foi confiada a um Curador Superior (*Oberkurator*). Cabia a eles confirmar a eleição de um reitor ou estabelecer os estatutos universitários. O Estado tornou-se responsável pela administração financeira e dos bens das universidades, que foram, nesse momento, incorporadas ao Estado (MÖLLER, 1986, p. 232-268 e RIDDER-SYMOENS: Organisation, 1996, p. 157-160).

Aliás, isso foi feito com o consentimento da filosofia iluminista, que considerava todos os direitos e privilégios acadêmicos especiais e instituições corporativas como obstáculos para a ideia da igualdade burguesa. A metáfora da máquina, aplicada tanto para o homem como para o Estado, não aceitava exceções. Nos fins do século XVIII, os Estados, desconfiando dos professores e das universidades, começaram a fiscalizar também os exames finais e introduziram exames do Estado (*Staatsexamen*) nos cursos do Direito e de Medicina, fiscalizados por colégios medicinais ou sanitários, a fim de impor normas estatais, excluir a compra de títulos acadêmicos e garantir exames sérios.

Nos territórios do império romano-germânico, especialmente naqueles que aderiram ao protestantismo, professores tinham que passar também por um exame do Estado.<sup>2</sup> Ao mesmo tempo, o Estado começou a regulamentar também o ensino médio, introduzindo, por exemplo, na Prússia em 1788 e na Baviera em 1809, certificados de conclusão nos cursos secundários, os exames de maturidade (*Abitur*), dando direito de se matricular numa universidade (MAINKA, 1995, p. 516-598).

A universidade é uma instituição genuinamente europeia, nascida na Europa da Alta Idade Média, que se espalhou em todos os países europeus e daí para todos os continentes do mundo sempre mais crescente e hoje de forma globalizada. As universidades foram um produto tanto dos homens quanto da sociedade: por um lado, o *amor sciendi* (amor de saber/conhecer) dentro de qualquer homem, contado, como mencionamos acima, pelo cónego Alexander de Roes, ao lado do amor de dominar e do amor de possuir, entre os três instintos básicos do homem. Por outro lado, decorreram dos pressupostos sociais e das políticas, assim como as necessidades e as pretensões da sociedade e do Estado. As universidades nasceram, portanto, num ponto de intersecção entre uma linha vertical e uma linha horizontal, mas nunca num vácuo, solto da ligação com a realidade histórica. As universidades estão, desde o início, entre os polos da plena autonomia e da plena dependência (do Estado), sem alcançar, perfeitamente, um estado extre-

mo ou o outro. No período tratado, quer dizer, o período pré-clássico (entre os primórdios das universidades no século XII e o fim do século XVIII), a influência do Estado cresceu notavelmente sobre a organização e a administração, os estatutos e o governo da casa, sobre os recursos financeiros e humanos, sem poder, no entanto, acabar com a autonomia universitária, fundamentada mais nas cabeças dos professores e dos alunos do que nas estruturas da instituição da universidade. Ao mesmo tempo, a autonomia original das universidades diminuiu mais e mais, sem desaparecer, porém, totalmente. Essa conclusão geral é válida também para os períodos da universidade clássica e pós-clássica, mesmo que as necessidades políticas e econômicas tenham aumentado ainda mais a sua influência sobre as universidades e, em geral, sobre o ensino superior.

## REFERENCIAS

AMGERMEIER, Heinz. *Die Reichsreform 1410-1555*. Die Staatsproblematik in Deutschland zwischen Mittelalter und Gegenwart, München: Verlag C. H. Beck 1984.

BACON, Francis. *Neues Organon*. Lateinisch-Deutsch. Herausgegeben und mit einer Einleitung von Wolfgang Krohn, Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft 1990.

BAUMGART, Peter. Die Universität als europäische Bildungsinstitution, in: BÖHM, Winfried/Martin LINDAUER (Org.). *Europäischer Geist* – Europäische Verantwortung. 6. Würzburger Symposium der Universität Würzburg, Stuttgart/Düsseldorf/Berlin/Leipzig: Ernst Klett Schulbuchverlag 1993. p. 71-89.

BAUMGART, Peter. Die deutschen Universitäten im Zeichen des Konfessionalismus. In: PATSCHOVSKY, Alexander/Horst RABE (Org.). *Die Universität in Alteuropa*, Konstanz: Universitätsverlag 1994. p. 147-168.

BOOCKMANN, Hartmut. *Wissen und Widerstand*. Geschichte der deutschen Universität, Berlin: Siedler, 1999.

BURKE, Peter. *Die europäische Renaissance*. Zentren und Peripherien, München: Verlag C. H. Beck, 1998 (original em inglês, 1998).

BURKHARDT, Johannes. *Das Reformationsjahrhundert*. Deutsche Geschichte zwischen Medienrevolution und Institutionenbildung 1517-1617, Stuttgart: Verlag W. Kohlhammer, 2002.

CHARLE, Christopher; VERGER, Jacques. *História das universidades*. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.

FUHRMANN, Manfred. *Bildung*. Europas kulturelle Identität, Stuttgart: Philipp Reclam jun. 2002.

HAMMERSTEIN, Notker. Die Hochschulträger. In: RÜEGG, Walter (Org.). **Geschichte der Universität in Europa**. Bd. II: Von der Reformation zur Französischen Revolution (1500-1800), München: Verlag C. H. Beck, 1996. p. 105-137.

HAMMERSTEIN, Notker. **Bildung und Wissenschaft vom 15. bis zum 17. Jahrhundert**, München: R. Oldenbourg Verlag, 2003 (= Enzyklopädie deutscher Geschichte. Vol. 64).

HEIMANN, Heinz-Dieter. **Die Habsburger**. Dynastie und Kaiserreich. 3. ed. München: Verlag C. H. Beck, 2006.

HERDE, Peter; SCHINDLING, Anton (Org.). **Universität Würzburg und Wissenschaft in der Neuzeit**. Beiträge zur Bildungsgeschichte. Gewidmet Peter Baumgart anlässlich seines 65. Geburtstages, Würzburg: Kommissionsverlag Ferdinand Schöningh 1998 (= Quellen und Forschungen zur Geschichte des Bistums und Hochstifts Würzburg. Vol. 53).

KOCH, Hans-Albrecht. **Die Universität**. Geschichte einer europäischen Institution, Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 2008.

KROHN, Wolfgang. **Francis Bacon**. München: Verlag C. H. Beck, 1987.

MAINKA, Peter: **Karl Abraham von Zedlitz und Leipe (1731-1793)**. Erin schlesischer Adliger in Diensten Friedrichs II. Und Friedrich Wilhelms II. Von Preußen (Quellen und Forschungen zur Brandenburgischen und Preußischen Geschichte. Bd. 8). Berlin: Duncker & Humblot, 1995.

MAINKA, Peter Johann (Org.). **A caminho do mundo moderno**. Concepções clássicas da filosofia política no século XVI e o seu contexto histórico. Maringá: Editora da UEM, 2007.

MÖLLER, Horst. **Vernunft und Kritik**. Deutsche Aufklärung im 17. und 18. Jahrhundert, Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1987.

MORAW, Peter. Aspekte und Dimensionen älterer deutscher Universitätsgeschichte. In: IDEM/Volker PRESS (Org.). **Academia Gissensis**. Beiträge zur älteren Gießener Universitätsgeschichte. Marburg: Elwert, 1982.

MÜLLER, Rainer A. **Geschichte der Universität**. Von der mittelalterlichen Universitas zur deutschen Hochschule. Hamburg: Nikol Verlagsvertretungen, 1996.

NARDI, Paolo. Die Hochschulträger. In: RÜEGG, Walter (Org.). **Geschichte der Universität in Europa**. Bd. 1: Mittelalter, München: Verlag C. H. Beck, 1993. p. 83-108.

RIDDER-SYMOENS, Hilde de. Mobilität. In: RÜEGG, Walter (Org.). **Geschichte der Universität in Europa**. Bd. 1: Mittelalter, München: Verlag C. H. Beck, 1993. p. 255-275.

RIDDER-SYMOENS, Hilde de. Organisation und Ausstattung. In: RÜEGG, Walter (Org.). **Geschichte der Universität ion Europa**. Bd. 2: Von der Reformation zur Französischen Revolution (1500-1800), München: Verlag C. H. Beck, 1996. p. 139-179, 335-359.

RIDDER-SYMOENS, Hilde de. Mobilität. In: RÜEGG, Walter (Org.). **Geschichte der Universität ion Europa**. Bd. 2: Von der Reformation zur Französischen Revolution (1500-1800), München: Verlag C. H. Beck, 1996. p. 335-359.

SALZER, Georg. O humanismo na Europa Central (1450-1536/50). Um resumo. In: MAINKA, Peter Johann (Org.). **A caminho do mundo moderno**. Concepções clássicas da filosofia política no século XVI e o seu contexto histórico. Maringá: Editora da UEM, 2007. p. 75-105.

SCHINDLING, Anton. **Bildung und Wissenschaft in der Frühen Neuzeit 1650-1800**. München: R. Oldenbourg Verlag, 1994 (= Enzyklopädie deutscher Geschichte. Vol. 30).

SCHULIN, Ernst. **Kaiser Karl V. Geschichte eines übergroßen Wirkungsbereiches**. Stuttgart/Berlin/Köln: Verlag W. Kohlhammer, 1999.

VERGER, Jacques. Grundlagen. In: RÜEGG, Walter (Org.). **Geschichte der Universität in Europa**. Bd. 1: Mittelalter, München: Verlag C. H. Beck 1993. p. 49-80.

WEBER, Wolfgang E. J. Universitäten. In: MAURER, Michael (Org.). **Aufriss der Historischen Wissenschaften**. Vol. 6: Institutionen, Astuttgart: Philipp Reclam jun.

## NOTAS

\* Peter Johann Mainka, professor da Universidade de Würzburg (Alemanha). E-mail: peter.ursel@t-online.de

1 "Kameralwissenschaft" ou "Kameralistik" é um tipo de mercantilismo surgido na Alemanha na segunda metade do século XVII e no século XVIII. Seu objetivo principal era formar uma economia dirigida pelo Estado.

2 Quem quiser entrar como professor nas escolas alemãs tem que passar por um exame (Staatsexamen), regulamentado pelos Estados (Bundesländer), que possuem a soberania nas questões da educação e imprescindível para poder entrar como professor no serviço público.

Recebido em 16/3/2009.

Aprovado para publicação em 23/7/2009.